

## A CONSTITUIÇÃO DA NORMA PEDAGÓGICA DO PORTUGUÊS

Ataliba T. de Castilho

0. O desenvolvimento da Lingüística brasileira nas duas últimas décadas apresentou, entre várias outras direções, a preocupação com a descrição e o ensino do padrão culto do Português, no contexto da diversidade dialetal brasileira (Cunha, 1964; Rodrigues, 1968; Head, 1968 e 1973; Rossi, 1969; Lemle, 1978; Back, 1978; Castilho, 1978; Camacho, 1978). Além desses autores, pelo menos duas obras coletivas trataram do assunto: a revista *Tempo Brasileiro*, cujo número duplo 53/54: 1978 tem por subtítulo "Lingüística e Ensino do Vernáculo", e o vol. "Variação Lingüística e Ensino da Língua Materna", que integra a série *Subsídios à Proposta Curricular de Língua Portuguesa para o 2º Grau*, 1978.

Ultimamente tenho-me interessado em explicitar os critérios que movem os gramáticos no momento da fixação da norma pedagógica. O que os leva a recomendar determinada pronúncia ou construção? Em que se fundamentam para condenar certos usos lingüísticos? Com que intensidade, ao longo da história de nossa gramática, se manifestou o impulso prescritivista? Que se aprende, comparando o pensamento lingüístico de gramáticos e de literatos da mesma época? São perguntas muito amplas, a que não darei senão respostas parciais, por ocasião deste VIII Curso de Férias do Instituto de Estudos Brasileiros da USP, que em boa hora elegeu como tópico "A Expansão da Língua".

Nesta primeira versão de meu trabalho, discuto a posição de alguns gramáticos, os quais cobrem desigualmente os séculos XVI - XVIII e primeiro quartel do século XIX.

Seus depoimentos, diretos ou indiretos, podem ser agrupados em dois grandes tópicos: a norma em relação à sociedade, e a norma em relação à língua. É desnecessário dizer que frequentemente essas direções se superpõem.

### Norma e sociedade

1. Situando a norma em suas relações com a sociedade, estabeleceram, nos-

dos gramáticos e estudiosos da língua, três categorias: (1) a norma como fator de aglutinação social; (2) a norma como bom gosto lingüístico, identificado com o uso aristocrático; (3) a norma como fonte da autoridade do gramático sobre a sociedade.

1.1. Nossos primeiros gramáticos estabeleceram a relação entre língua e nação, língua e Império, e língua e mobilidade social. Nem sempre essas relações se desenvolvem na direção acertada, observando-se inversões bastante curiosas, seja nesses, seja nos gramáticos subseqüentes. De toda forma, não passou despercebido que a língua representa um *fator de aglutinação social*, tendo-se dado muita ênfase ao princípio normativo. Com efeito, tem-se observado que é próprio da comunidade lingüística corrigir as execuções que representem desvios da norma, como nos casos das analogias próprias da linguagem infantil, do tipo "eu sabo", por exemplo. Ao censurar esse uso, está o adulto buscando integrar a criança na comunidade amplamente considerada, e não apenas em determinado estrato dessa comunidade. O que o move, portanto, é a pressão social, que unifica os traços culturais para que não se perca a identidade do grupo. E a língua, como traço cultural saliente, constitui-se igualmente num alvo das pressões da sociedade, coisa de preservar sua identidade (Rosenblatt, 1967: 117).

1.1.1 Língua e nação. A língua é um dos símbolos da consciência nacional, e traduz por excelência a vontade do grupo em personalizar-se e diferenciar-se dos outros grupos com que está em contacto.

Em Portugal, temia-se o prestígio do latim, bem como a ameaça representada por Castela. Daqui as "defesas e ilustrações" da língua portuguesa, que se sucederam em diversas oportunidades. Daqui, também, a pouca penetração dos castelhanismos, relativamente à quantidade de vocábulos de outras procedências, como observou Duarte Nunes de Leão: "Relatando nós tanto número de vocábulos de outras nações de q os Portugueses se seruem, tendo tanta vizinhança, commercio & parentesco com os Castelhanos, he de espantar como delles não tomaram outros tão vocabulos. Antes parece que fogem de se parecerem com elles na lingoa" (Leão, 1606: 310).

No Brasil, a Independência acarretou uma série de debates a que se denominou "a questão da língua brasileira", que deixarei de referir, pois temos hoje, graças ao trabalho da Profa. Edith Pimentel Pinto, uma seleção criteriosa de textos que retratam esse problema (Pimentel Pinto, 1978).

É de notar-se que alguns autores invertem a relação "língua - nação", quando afirmam que a "corrupção" de nossa língua põe em risco a própria nacionalidade. São afirmações correntes em Mário Barreto, Pedro A. Pinto e José Rizzo, de que extraio este trecho, com sua linguagem característica: "Assim como porfiamos em benefício da grandeza e integridade da Pátria, assim também nos importa defender a língua, porque a não desfigurem sem abastardem os preguiçosos e desamorosos de sua riqueza. Deslegitimá-la, pois, é duplo crime: de lesa-pátria e de lesa-língua" (Rizzo, 1922: 228).

1.1.2 Língua e Império. Se a língua é a marca da nacionalidade, impô-la aos outros é estender sobre eles o poder nacional. Os gramáticos quincentistas

perceberam claramente esta relação, que acabou por levá-los a uma situação contraditória. Com efeito, para assegurar a integridade nacional defendiam a integridade da língua, mas eram forçados a reconhecer a formação dos primeiros crioulos portugueses, linguagens de emergência que facilitavam a penetração portuguesa nas novas terras conquistadas. A não aceitação dos resultados dessa realidade prática desenvolvia os primeiros germes do purismo lusitano e apontava os clássicos como fonte autenticadora da boa linguagem. Leiamos suas palavras: "(O) e nam trabalhemos em lingua estrangeira mas apuremos tanto a nossa com boas doutrinas q̄ a possamos ensinar a muytas outras gentes e sempre seremos dellas louvados e amados porq̄ a semelhança é a causa do amor em as linguas. E ao contrayro vemos em Africa/Guiné/Brasil e India não amarẽ muyto os Portugueses q̄ antrelles naçem so polla diferença da lingua: e os de la nascidos querẽ bem aos seus portugueses e chamnlhes seus porq̄ falão assi como elles" (Oliveira, 1536: 39). "E nam diremos *hômem boa*, cá desfalêce a natural ordem da construiçám per que nõs [h] avemos de entender e parecerá máis fãla de negros que de bom português" (Barros, 1540: 350). "E como natural cousa he os vencedores darem leis, & a lingoa aos vencidos (). A qual (língua portuguesa) tam puramente se falla em muitas cidades da Africa, que ao nosso jugo são subjectas, como no mesmo Portugal, & em muitas prouincias da Ethiopia, da Persia, () & da Índia & dos Brašijs ()" (Leão, 1606: 317 e 318).

1.1.3 Língua e mobilidade social. As aspirações e atitudes da comunidade mudam com o tempo, estabelecendo-se uma correlação entre mobilidade social e enfraquecimento da norma, e, ao contrário, estagnação social e enrijecimento da norma.

Nem sempre nossos gramáticos consideraram as coisas por este modo. Ao estabelecerem as regras, parecem firmemente convencidos de que a obediência a elas pode frear a mobilidade social, a respeito da qual exibem uma boa dose de insensibilidade. Não se limitam, assim, a observar as novas aspirações da comunidade, reajustando as normas sempre que necessário. Assumem uma atitude conservadora, condenam os novos usos lingüísticos, proclamando-se "paladinos da linguagem", como neste passo: "(O) não arrefeço em trabalhar quanto em mim cabe pelos foros de nosso idioma e que se me afiguram necessários, e mais nesta época de turbulência geral em que a nossa belíssima língua é ultrajada" (Barreto, 1926: 7). É singular que estas palavras tenham sido ditas em plena efervescência do Modernismo na literatura!

1.2 É com respeito à categoria *norma e uso aristocrático* que dispomos de maior número de manifestações de nossos gramáticos. [Correto é tudo quanto vem sancionado] pelos "homens bons", entendidos primeiramente como "homens de nobre criação", e depois como "homens de estudo". Assim, a fonte legitimadora da norma passa da nobreza de nascimento para a nobreza por ascensão social - ascensão pelos estudos.

Nos primeiros tempos, é patente o desprezo pelas classes mais baixas da população, às quais faltavam elegância, beleza, finura, bom gosto. Tratando da origem das palavras, diz Fernão de Oliveira: "e assi comestas podemos também cuidar destas dozentas patranhas: as quaes semp̄ são sobejas e muytas vezes falsas: e pouco recebidas antre homẽs sabedores q̄ do pouco q̄ ão muyto lendo e traba-

lhando aquerirão se prezão, e não de imaginações aldeãs sem juyzo" (Oliveira, 1536: 66). E João de Barros: "E *apraz, jaço* carecem de partícipio em bõa lingua-gem, porque os rústicos ô formam muitas vezes" (Barros, 1540: 342). "Porque tam indecente he sair da bocca de hũ homem de alto lugar & nobre criação hũa palaura rustica & mal cõposta, como de hũa bainha de ouro, ou rico esmalte arrancar hũa espada ferrugenta" (Nunes de Leão, 1606: 221). "Atenas foi sempre reportada a Universidade de Roma, aonde se mandavam os nobres romanos para aprenderem o bom gosto. () A Gramática não se reputava coisa de pouca importância, mas a consideravam como base de Eloquência" (Verney, 1746: 30).

É na corte que se desenvolvem as boas maneiras no falar: "Da qual língua Gallega a Portuguesa se aentajou tanto, quãto na copia & na elegãcia della vemos. O que se causou por em Portugal hauer Reis, & corte que he a officina onde os vocabullos se forjão, & pulem, & donde manão pera os outros homẽs, o que nunca houve em Galliza" (Leão, 1606: 244).

Em seguida, exalta-se a autoridade dos homens de estudo: "() assim igualmente no fallar não se deve seguir o uso do povo idiota, inimigo declarado das línguas mais cultas, mas só o daquelles, que á força de observação, e de estudo fallaram sempre com escrupulosa propriedade, e pureza" (Freire, 1765:1,6).

1.3 Nos itens anteriores aludimos à atuação das forças coletivas - seja da comunidade em seu todo, seja de um segmento da comunidade - na fixação da modalidade lingüística aceitável, ou de prestígio. Ao gramático compete identificar essas forças e recolher nelas as indicações com que deve compor a norma pedagógica. Não obstante, alguns gramáticos cometem a este respeito um curioso desvio, que é acumularem em si o papel decisivo na fixação da regra. Esta visão do poder normativo individualizado no gramático transparece em expressões com que se referem ao seu trabalho e ao de seus colegas, do gênero, "Fulano *pontifica* a este respeito. . .", "Beltrano *estabelece* claramente em sua magistral lição que. . ." . Estas referências foram muito freqüentes, mas aqui nos contentaremos com reproduzir este passo de Vergílio de Lemos. Distinguindo a atividade do gramático da do dialetólogo, afirma que o problema prático "incumbe ao gramático, ao pedagogo do bom falar, ao mestre da língua literária e polida, e consiste em tomar o pulso ao gênio tradicional dessa língua (tarefa alheia à missão do dialetologista), selecionando à luz desses critérios as modificações inevitáveis e razoáveis das que o não forem, *a fim de disciplinar e polir*, incorporando-as ao organismo da língua sadia, e precaver o espírito dos estudiosos contra as segundas, isto é, contra o uso das que não passam de vícios, degenerações e corruptelas, passíveis de emenda e correção, procurando, destarte, evitar que a nossa língua, de harmoniosa e flexível, que é, se transforme num mistifório decadente e anárquico, intolerável a ouvidos educados" (apud Pimentel Pinto 1978: 440).

Reconheço tratar-se de um texto moderado, pois nele o autor indica que antes de "disciplinar e polir", deve o gramático "tomar o pulso" à língua. Ele relativiza também o alcance da atuação do gramático, limitando-o a "procurar evitar" a decadência da língua. O pressuposto, porém, é de que o gramático pode disciplinar a língua e consegue evitar sua mudança, aqui identificada com a decadência e a anarquia.

## Norma e linguagem

2. Em sua atividade preceptiva, os gramáticos deixam entrever sua concepção do fenômeno lingüístico e da própria norma. Veremos que nos dois casos eles agem de uma forma redutora, simplificando as coisas.

Três aspectos da linguagem chamaram sua atenção: (1) a "fidelidade lingüística"; (2) o privilégio da língua escrita; (3) a lógica da linguagem e o uso natural.

2.1 A capacidade que teriam as línguas de preservar a nacionalidade - mito de que me ocupei anteriormente - conduziu por uma via natural ao *princípio da fidelidade da língua a si mesma*. Por outras palavras, para que não se perdesse a identidade nacional, seria necessário uma vigilância contínua sobre a linguagem, preservando-a da corrupção a que estava permanentemente exposta, seja pelo mau trato dos que não a praticavam "a contento", seja pelos riscos do contacto - preferia-se "contágio" - com outras línguas. Razões internas e externas ameaçam permanentemente a língua portuguesa; para conjurá-las, são convocados os "paladinos da linguagem", os quais aplicarão o melhor de seus esforços para mantê-la *pura, extreme, autêntica, vernácula*.

De três formas se manifestou o princípio da fidelidade lingüística: a busca da perfeição e da autenticidade, tendo o latim como modelo; a rigidez da norma pedagógica; o purismo.

2.1.1 Por muito tempo se acreditou que a língua latina foi o que de melhor produziu o gênio humano. O latim era assim o modelo de perfeição lingüística, o arquétipo ao qual tinham de afeiçoar-se as "línguas vulgares". Para que o português não se perdesse de si mesmo, havia de equiparar-se à língua universal, o latim.

Entretanto, a consciência românica de nossos primeiros gramáticos criou uma situação eminentemente dialética, pois, de um lado, era necessário "defender" a língua portuguesa diante do enorme prestígio do latim, contrastando uma língua com outra. De outro, era necessário legitimar a língua portuguesa através do latim.

A "defesa" da língua portuguesa não foi um fato isolado: João de Barros foi precedido por Alberti na Itália, Nebrija na Espanha, e seguido de Du Bellay na França. Não tardou muito e as "defesas e ilustrações" da língua portuguesa, praticadas pelo já citado João de Barros, e ainda por Severim de Faria e A.F. de Vera, se transformaram em enjoativas gabolices sobre a perfeição do português, graças ao mimetismo próprio dos gramáticos. Ainda em 1888 essa atitude aborrecia o espírito crítico de José Leite de Vasconcelos, que reclamava: "Que má idéia a de se estar sempre a imaginar que a língua portuguesa excede todas as demais! Logo que uma língua sirva para as necessidades do povo que a fala, é a melhor que esse povo pode ter; mas tal merecimento é apenas relativo" (Vasconcelos, 1929:883).

A legitimação da língua portuguesa através da latina criou um dos mais persistentes mitos a propósito de norma pedagógica: o de que, para se falar bem o

português, é necessário conhecer bem o latim. Assim que João de Barros elogiava Afonso de Albuquerque, que “falava e escrevia muito bem, ajudado de algũas letras latinas que tinha” (apud Carvalhão Buescu, 1971: XLV). E Duarte Nunes de Leão: “E por a muita semelhança que a nossa lingoa tem com ella (latina), que he a maior que nenhũa lingoa tem com outra, & tall que em muitas palauras E piriodos podemos fallar, que sejam juntamẽte latinos & Potugueses, como muitos curiosos já mostrarão em algũs poemas & orações ()” (Nunes de Leão, 1606: 322).

Esses paralelos entre o português e o latim levaram não poucos a buscar no interior da gramática latina as categorias aplicáveis ao português, porém é matéria de que não tratarei aqui.

2.1.2 Não se tem considerado devidamente o fenômeno da variação linguística para o efeito da fixação da norma pedagógica (Castilho, 1978).

Isto não significa necessariamente que os gramáticos ignorem a variação, ainda que alguns a reduzam a uma questão de estilo, como Francisco José Freire, cuja *Reflexão* 5ª, vol. III, 1765, é um excurso “sobre muitos vocábulos que presentemente se não admittem em estilo magnífico e sublime, mas só no familiar, cômico ou jocosos, etc.”

Apesar disso, eles consideram em sua larga maioria que há um e um só modo de dizer corretamente as coisas. As recomendações de regências, concordâncias e propriedade vocabular partem sempre desse pressuposto. Foi em vão que em 1919, em carta a Mário Barreto, dizia Silva Ramos: “() logo no começo dos meus estudos compreendi que, assim como há vocábulos alótipos, existem igualmente múltiplas formas de sintaxe, pelo que, no desejo de me não ver embaraçado a cada momento por nugas e pequenices, decidi, de mim para mim, que as apregoadas dificuldades da língua portuguesa redundam em facilidade, visto haver muito por onde escolher. Dificuldade verdadeiramente há uma só: é o que os franceses denominam “l’embaras du choix”. Além disso, não tardei a verificar que, na igrejainha dos clássicos, como na igreja de Deus, há perdão para todo gênero de pecado” (apud Pimentel Pinto, 1978: 447).

2.1.3 O purismo resume em si toda a busca de fidelidade que surpreendemos em nossos gramáticos. É, por assim dizer, uma atitude que permeia esse princípio, tendo vicejado sobretudo entre os séculos XVI e XVIII, estendendo-se por toda a Europa. Mas foi em Portugal que encontrou terreno fértil, pois correspondeu ao espírito conservador e xenófobo de sua elite. O purismo - lusitanizante e reacionário - instalou-se vigorosamente nos “consultórios gramaticais” da primeira metade deste século.

O purismo assenta numa concepção naturalista da linguagem que ainda recentemente levou Wasburg a desenvolver sua teoria sobre o “pecado linguístico original” (1962: 349). A mentalidade purista via perigos por todo lado: as línguas não cultivadas e contaminadas pelos estrangeirismos “estiolam-se, deterioram, delinquem”. Os remédios apontados eram o combate aos estrangeirismos e a busca de recursos expressivos no interior da língua, através da utilização de sinônimos, de arcaísmos e de neologismos.

Os espanhóis se intrigavam com a importância do francês e combatiam

os galicismos (Carreter, 1949: § 81). Os portugueses lutavam contra os galicismos e os espanholismos. Os brasileiros já perderam a parada para os anglicismos, no que estão acompanhados por toda a família românica. Fernão de Oliveira indignava-se contra os “emprestijos” que corrompiam a língua, e invectivava contra os empréstimos mouros, castelhanos, gregos: “e de tal feyção se aleuantão contra nossa lingua e a fazem pobre e toda emprestada que lhe não deyxão nada proprio como se não ouuera homens na nossa terra antigos e nobres e sabedores” (Oliveira, 1536: 33 e 40).

O remédio mais autêntico para opor-se aos estrangeirismos era buscar sinônimos dentro da própria casa; era, ademais, empregar os vocábulos em seu sentido próprio, genuíno: “Pode um Escripitor não introduzir nas suas obras vocabulos latinos, italianos, e francezes; pôde praticar as propriedades ou idiotismos de sua lingua, e não se valer de termos, que o uso já deo por antiquados, e ainda assim dizer-se delle sem mentira, nem ofeensa, que não falla com propriedade; porque transtorna o uso legitimo, e genuino dos verbos, e nomes, valendo-se delles, quando nem a sua significação o pede, nem o seu conceito lhes corresponde” (Freire, 1765: vol. I, 71). Isso explica porque os exercícios de sinônimos e de antônimos são tão freqüentes em nossos manuais escolares, repetidos já agora maquinalmente e sem o concurso dos novos estudos de semântica.

A valorização dos arcaísmos é outra das soluções encontradas pela preceptiva gramatical. É mais um movimento de natureza conservadora, muito bem exemplificada neste passo de José Rizzo: “Melhor lhes fora aos tais que afinassem a sua linguagem pelo diapasão antigo do que pelo actual, que é galicano e destoante” (Rizzo, 1922, 122).

Lembrem-se finalmente os neologismos, como derradeiro recurso ao purista insatisfeito com sinônimos ou termos arcaizados. Nosso primeiro gramático teve a respeito deles uma reação cética e um tanto irônica: “Fingir ou achar vocabolos novos é perigo, diz Quintiliano, em tanto que se são bõs nao vos louvão por isso, e se não prestão zombão de vos. Verdade he que não ha cousa tam aspera que o uso não abrande” (Oliveira, 1536: 75). De tudo isso se achou, muitos séculos depois, em nosso mais famoso neologista, Castro Lopes.

2.2 Outra faceta que nossos gramáticos têm salientado no fenômeno lingüístico é o *prestígio inconteste da língua escrita*, entendida em sua variedade artística, polida, estilizada, tal como se apresenta nos chamados autores clássicos da língua.

Essa posição dos gramáticos, hoje bastante abrandada, restringe as dimensões da linguagem a uma só modalidade, ainda que a mais privilegiada nos quadros de nossa civilização. Como consequência, ficam no segundo plano - quando não no esquecimento - outras formas de expressão, precisamente aquelas por que deve passar quem deseje produzir um texto artístico.

As palavras-chave com que se referem os textos clássicos reafirmam o princípio da fidelidade lingüística e os proclamam como depositários da autoridade normativa: vejam-se as expressões “os nossos antigos”, “os nossos clássicos”, “a tradição”, “a linguagem castiça”, etc., e os contextos em que são utilizadas. É o que se colhe em João de Barros: “E, segundo a definição que lhe os gramáticos

déram, é (a gramática) um modo certo e justo de falar e escrever, colheito do uso e autoridade dos barões doutos" (Barros, 1540: 293).

Há entretanto muitos autores clássicos, e já Francisco José Freire estabelecia seu cânon (1765: 5-21, 71 do vol. I), matéria que foi retomada e reformulada sucessivas vezes.

Envolvidas nas dobras da pregação classicizante, identificam-se idéias secundárias que têm atravessado os tempos, tais como: (1) um bom escritor é o que consegue imitar os clássicos: "É doutrina entre os antigos Grammaticos, e Rhetoricos, assim Gregos como Latinos, que a principalissima qualidade que deve ter qualquer Escripitor, é a pureza da linguagem, em que escreve. () Para se conseguir esta necessaria perfeição não ha senão seguir os vestigios dos Auctores Clássicos, que tem cada uma das línguas cultas" (Freire, 1765: I, 5) (2). Os clássicos puseram nossa língua em ordem; antes deles era a barbárie: "Antes do felicissimo reinado d'El Rei D. Manuel quem chamasse inculta, e barbara á Lingua Portugueza, não lhe erraria o nome. Contentaram-se os seus primitivos Escriptores de fallar uma linguagem pouco soccorrida da Grammatica, e de todas aquelas qualidades, que ensina a Arte de bem fallar" (Freire, 1765, I: 7). Ainda hoje em nossos manuais escolares e nas aulas se ensina que Camões pôs a língua portuguesa em ordem, apesar da reclamação de José Leite de Vasconcelos: "Muitas vezes se diz, por exemplo, que foi Camões e os clássicos do séc. XVI quem tirou da rudeza e barbárie primitivas a lingua portuguesa; e no entanto isto, dito assim em absoluto, é uma falsidade, porque é na boca do povo que a lingua evoluciona" (Vasconcelos, 1929: 938). (3) As normas que emanam dos clássicos têm um valor perene, por isso mesmo que esses autores são considerados "clássicos". Entretanto, a concepção moderna de norma gramatical correlacionada à mobilidade social mostra que a modalidade lingüística de prestígio radica no contemporâneo. Eis porque a busca da norma prescritiva em épocas passadas tem sido bastante verberada entre nós (Houaiss, 1960: 73; Cunha, 1964: 23).

2.3 Muitas vezes se dá como fundamento do preceito gramatical a *lógica da linguagem*: "() tratei da omissão, hoje tanto em voga, da preposição *de*, quando em sentido definitivo (como em "Teatro de São Luís"), e mostrei com argumentos tirados da lógica () quão errada é tal prática" (Barreto, 1927: 61).

Mas que entendem os gramáticos por lógica da linguagem? Aqui me limitarei a rastrear a posição de Jerônimo Soares Barbosa, que aparentemente foi o autor que mais desenvolveu este tema. Ele emprega o termo *lógica* em pelo menos dois sentidos: (1) Como substantivo, significa "argumentação lingüística", por oposição à observação inerte dos clássicos: "Mas felizmente aconteceu em nossos tempos, que Sanches principiasse entre os hespanhoes a sacudir o jugo da auctoridade e preocupação n'estas materias, e introduzindo na grammatica latina as luzes da philosophia, descobrisse as verdadeiras causas e razões d'esta lingua ()". (Uma gramática filosófica) deve comprehender as razões das práticas do uso, e mostrar os princípios geraes de toda a linguagem nos do exercício das faculdades da alma, e formar assim uma lógica prática, que ao mesmo tempo que ensine a fallar bem a propria lingua, ensine a bem discorrer" (Barbosa, 1803: XI e XIV). (2) Como adjetivo, *lógica* contrapõe-se a *mecânico*. Jerônimo Soares Barbosa divide a gramática em duas partes principais: a) mecânica, prática, particular, trata da

Ortoepia e da Ortografia; b) lógica, filosófica, razoada, científica, geral, trata da Etimologia e da Sintaxe. Assim, a parte lógica da língua é a consideração das “mesmas partes da oração pelo que tem de metaphysico e espiritual, não como vocabulos, mas como palavras, isto é, como signaes de nossas idéias e de nossos pensamentos ()” (Barbosa, 1803: 68).

### Conclusões

É cedo ainda para tirar conclusões do que ficou dito. Antes de mais nada, porque falta estender a pesquisa aos muitos autores que ficaram de fora. Em segundo lugar, porque será interessante confrontar o pensamento de gramáticos e de literatos da mesma época. É surpreendente observar a este respeito que todo o Modernismo se desenvolveu concomitantemente aos “consultórios gramaticais”, que representaram o que de mais retrógrado produziu o pensamento normativo entre nós.

Não obstante, duas fortes impressões permanecem em nosso espírito, após a leitura dos textos indicados.

Eles denunciam uma visão redutora do fenômeno lingüístico, de que manipulam alguns aspectos, deixando outros na sombra.

De outro lado, como casar o espírito conservador da norma pedagógica com os novos ventos da história? A sociedade brasileira contemporânea se altera, novos centros culturais despontam, muda o quadro de valores. O que é certo em matéria de uso lingüístico? O que é errado? A tarefa desta geração está em resolver esse impasse da cultura nacional, desvendando nossa realidade lingüística e reajustando a norma pedagógica no que for necessário.

### REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- BACK, Eurico — Ensino de Língua e integração social. TEMPO BRASILEIRO. 53/54: 112-144, 1978.
- BARBOSA, Jerônimo Soares — *Grammatica Philosophica da Lingua Portugueza*. 7 ed., Lisboa, Typografia da Academia Real das Sciencias, 1881.
- BARRETO, Mário — *Através do Dicionário e da Gramática*. 3 ed., Rio de Janeiro, Simões, 1954.
- BARROS, João de — *Gramática da Língua Portuguesa*. (BUESCU, Maria Leonor Carvalhão, ed.), Lisboa, Publicações da Faculdade de Letras, 1971.
- BUESCU, Maria Leonor Carvalhão — “Introdução”. In: BARROS, op. cit., 1540.
- CAMACHO, Roberto — *Duas Fases na Aquisição de Padrões Lingüísticos por Adolescentes*. (Dissertação de Mestrado), Campinas, UNICAMP, 1978.
- CARRETER, F. Lázaro — *Las Ideas Lingüísticas en España durante el siglo XVIII*. Madrid, CSIC, 1949.

- CASTILHO, Ataliba T. de — “Variação dialetal e ensino institucionalizado da língua portuguesa”. In: *Cadernos de Estudos Linguísticos*. 1: 18-25, 1978.
- CUNHA, Celso — *Uma Política do Idioma*. Rio de Janeiro, São José, 1964.
- TEMPO BRASILEIRO, 53/54, 1978.
- SÃO PAULO. Secretaria de Estado da Educação — Variação Linguística e Ensino da Língua Materna. In: *Subsídios à Proposta Curricular de Língua Portuguesa para o 2º Grau*. São Paulo, UNICAMP, 1978, v. IV.
- ELIA, Sílvio — A doutrina dos primeiros gramáticos portugueses. ROMANITAS. 12/13:90-109, 1975.
- FREIRE, Francisco José — *Reflexões sobre a Língua Portuguesa*. Lisboa, Sociedade Propagadora de Conhecimentos Gerais Úteis, 1842, 3v.
- HEAD, Brian F. — “A descrição das variedades cultas do português contemporâneo como língua padrão”, ACTAS DO I SIMPÓSIO LUSO-BRASILEIRO SOBRE O PORTUGUÊS CONTEMPORÂNEO, Coimbra, 1968.
- HEAD, Brian F. — A Teoria da Linguagem e o ensino do Vernáculo. REVISTA DE CULTURA. Vozes, 67 (5): 399-408, jun.-jul., 1973.
- HOUAISS, Antônio — *Sugestões para uma Política do Idioma*. Rio de Janeiro, Instituto Nacional do Livro, 1960.
- LEÃO, Duarte Nunes de — *Origem da Língua Portuguesa*. 4 ed. (MACHADO, José Pedro, ed.), Lisboa, Pro Domo, 1945.
- LEMLE, Miriam — Heterogeneidade dialetal: um apelo à pesquisa. TEMPO BRASILEIRO. 53/54:60-94, 1978.
- PINTO, Rolando Morel — Gramáticos Portugueses do Renascimento. REVISTA DE LETRAS. 2: 123-145, 1961.
- PINTO, Edith Pimentel, ed. — *O Português do Brasil*. Textos críticos e teóricos. São Paulo, EDUSP, 1978, v. I (1820-1920).
- RIZZO, José — *Estudos da Língua Portuguesa*. São Paulo, C. Teixeira & Cia., 1922.
- ROSENBLATT, Angel — “El criterio de corrección lingüística”. In: *El Simposio de Bloomington*. Bogotá, Instituto Caro y Cuervo, 1967.
- RODRIGUES, Ayrton Dall’Igna — “Problemas relativos à descrição do português contemporâneo como língua padrão do Brasil”, ACTAS DO I SIMPÓSIO. . . ., Coimbra, 1968.
- ROSSI, Nelson — “El proyecto de estudio del habla culta y su ejecución en el dominio de lengua portuguesa”. In: *El Simposio de Mexico*, UNAM, 1969.
- VASCONCELOS, José Leite de — “A Filologia Portuguesa”. In: *Opúsculos*. Coimbra, Imprensa da Universidade, 1929.
- VERNEY, Luís Antonio — *Verdadeiro Método de Estudar*. (SALGADO JUNIOR, Antonio, ed.), Lisboa, Sá de Costa, 1949.
- WASBURG, Jeremy — “Notion of correctness”. In: QUIRK, R., ed. — *The Use of English*. 2 ed. London, Longman, 1962, 347-359.